

Um general antigo

Ricardo Noblat

Vai ver que o silêncio guardado pelos chefes militares até aqui tinha mais a ver com a cautela de quem não arriscava previsões sobre os resultados do primeiro turno e menos, muito menos, com a preocupação de quem não desejava imiscuir-se na política. Nas últimas 48 horas, falaram dois ministros militares - o da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, e o do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.



O que o brigadeiro falou já foi comentado. Falou uma bobagem. O general falou que o segundo turno da eleição poderá provocar "uma radicalização entre as coisas modernas do mundo e as coisas antigas". Disse que "coisa antiga é a esquerda". Elogiou o parlamentarismo - ele, o general, que pressionou tanto para que o parlamentarismo fosse derrotado na Constituinte. Desculpou-se alegando que as pessoas podem mudar de posição.

Podem, de fato e mudança não significa, necessariamente, um atraso, nem falta de coerência. Pode significar um avanço. "Quem tem idéia fixa é doido", decretou, certa vez, o governador de Minas Gerais, o falecido Antônio Carlos. O ministro do Exército não é doido. Mas também não chega a ser doido quem é capaz de respeitar algumas idéias elementares e alguns princípios básicos, fundamentais. Em uma democracia, militar não se mete com política.

Não deve se meter. Nem mesmo o militar que ocupa cargo de ministro. Essa é uma distorção que existe entre nós. Convencionou-se que o militar que responde por algum ministério está liberado para dar palpites na política nacional. O general faria melhor se cultivasse a idéia fixa de que a política cabe aos políticos e à sociedade em geral. E que, embora soldado seja povo, metido em uma farda fica diferente.

Montado em um Urutu fica mais diferente ainda - e quase sempre perigoso. O parlamentarismo é uma idéia moderna - um tanto antiga nos países mais civilizados do mundo, mas é moderna entre nós. Depois do período ditatorial do AI-5, até

o antiquíssimo habeas corpus tornou-se, entre nós, um instrumento moderno de defesa dos direitos dos cidadãos. Não recomenda mal o general o elogio ao parlamentarismo.

A Constituição prevê a realização de um plebiscito em 1993 para referendar o atual sistema de governo ou permitir a adoção do parlamentarismo. O povo será chamado, também, a decidir entre a República e a Monarquia. Os monarquistas estão alvoroçados. A eleição para presidente da República do senador Mário Covas combinaria com a antecipação do parlamentarismo, sujeito, de toda forma, ao plebiscito de 1993.

Covas é parlamentarista e prometeu, uma vez eleito, adotá-lo a curto prazo. Nada haveria de pouco democrático em uma coisa dessas. O presidente remeteria ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição que substituisse o presidencialismo pelo parlamentarismo. O Congresso a aprovaria ou não. Mas Covas foi o único candidato à sucessão que se comprometeu com o parlamentarismo, já - ou daqui a pouco.

Contra qualquer outro candidato que seja eleito, o parlamentarismo, já, ou em breve, é golpe. É fraudar o sentido do voto popular. É derrubar o presidente eleito sem tirá-lo do lugar, subtraindo, apenas, os poderes dele. O ministro do Exército não defendeu o parlamentarismo para já. Até duvidou de que ele venha logo. Mas insinuou o que está, cada vez mais, na cabeça dos setores mais conservadores das nossas elites.

Ali, deseja-se o parlamentarismo diante do risco da eleição de um presidente de esquerda ou apoiado por forças de esquerda. Há alguns meses, na casa de um general de 4 estrelas, em Brasília, o ministro do Exército lamentou que a Constituinte não tivesse aprovado o voto distrital. Argumentou que, antes do voto distrital, os comunistas franceses costumavam eleger, só em Paris, duas dezenas de deputados. Agora, só elegem um ou dois.

O ministro tem o direito de não gostar de comunistas e até de antecipar o mote da campanha de Collor no segundo turno - o duelo entre o moderno e o antigo. Collor se acha moderno. Só que esquerda como sinônimo de coisa antiga é um conceito, no mínimo, discutível depois de Gorbachev, de Mitterrand e de Gonzales. Se o ministro acha democracia uma coisa moderna, deveria ficar calado. O ministro Ivan de Souza Mendes, do SNI, também.